

**PÓS-MODERNIDADE E CIÊNCIA: A ATUALIDADE DA TEORIA MARXISTA EM
XEQUE!**

**POSTMODERNIDAD Y CIENCIA: ¿LA ACTUALIDAD DE LA TEORÍA MARXISTA EN
JAQUE!**

**POSTMODERNITY AND SCIENCE: THE ACTUALITY OF MARXIST THEORY IN
CHECK!**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.51472>

Maria de Lourdes Pinto de Almeida¹

Marlon Sandro Lesnieski²

Resumo: O projeto da modernidade apresenta-se neste artigo sob o signo prometeico da emancipação humana, em que a ciência se torna o elemento central do combate a opressão. O objetivo foi o de refletir sobre a concepção de História como conhecimento rigoroso, global, radical e emancipatório, em contraponto a desvalorização desse campo promovida por todos que passaram pelo batismo pós-moderno. A metodologia utilizada foi a histórico-crítica, onde se pressupõe a historicidade como perspectiva mais abrangente de análise para se compreender e agir sobre a sociedade civil e política. Neste sentido, retoma-se o materialismo histórico como perspectiva não só abrangente, mas, sobretudo, mais rigorosa para se apreender a disseminação do movimento intelectual em torno do imaginário da pós-modernidade.

Palavras-chave: Pós-modernidade. História. Ciência. Marxismo. Educação.

Resumen: El proyecto de la modernidad se presenta en este artículo bajo el signo prometeico de la emancipación humana, en el que la ciencia se convierte en el elemento central de la lucha contra la opresión. El objetivo fue reflexionar sobre la concepción de la Historia como un saber riguroso, global, radical y emancipador, en contraste con la desvalorización de este campo promovida por todos los que pasaron por el bautismo posmoderno. La metodología utilizada fue histórico-crítica, en la que se asume la historicidad como una perspectiva más amplia de análisis para comprender y actuar sobre la sociedad civil y política. En este sentido, se retoma el materialismo histórico como una perspectiva no sólo comprensiva, sino, sobre todo, más rigurosa para aprehender la difusión del movimiento intelectual en torno al imaginario de la posmodernidad.

Palabras clave: Posmodernidad. Historia. Ciencias. Marxismo. Educación.

Abstract: The project of modernity is presented in this article under the Promethean sign of human emancipation, in which science becomes the central element in the struggle against oppression. The objective was to reflect on the conception of History as a rigorous, global, radical and emancipatory knowledge, in contrast to the devaluation of this field promoted by all who went through the postmodern baptism. The methodology used was historical-critical, in which historicity is assumed as a broader perspective of analysis to understand and act on civil and political society. In this sense, historical materialism is resumed as a perspective that is not only comprehensive, but, above all, more rigorous to apprehend the dissemination of the intellectual movement around the imagery of postmodernity.

Keywords: Postmodernity. History. Science. Marxism. Education.

Introdução

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidos ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção. (MARX, 1989, p. 72)

A História é uma ciência ou uma expressão literária sem pretensões de se atingir verdades e conhecimentos epistemológicos rigorosos? A História, devido à especificidade de seu próprio, objeto já vem sendo de longa data campo de acirrada polêmica. Essa polêmica se torna ainda mais intrigante quando a própria ideia de ciência está em jogo, especialmente a cientificidade tal como a modernidade a compreendeu, ou seja, enquanto um saber rigoroso, metódico e objetivo. Ninguém mais neste século XXI duvidaria de que vivemos uma profunda crise de “paradigmas” nas ciências em geral. O consenso em torno desta crise relaciona-se com os impasses da própria modernidade, que teve no ideário do conhecimento sistemático e da tecnologia o eixo em torno do qual todos os demais elementos do projeto modernidade se articulam.

Se a crise da ciência existe, ela refletiria a crise da ideia de modernidade enquanto parâmetro de escolhas políticas. Mas se a modernidade é ou não um projeto inconcluso, permanece uma questão em aberto. Diante deste contexto, uma outra questão emerge neste debate que é saber se estamos de fato diante de um novo paradigma científico que se vincularia a outras formas de sociabilidade, enfim, de uma pós-modernidade anunciadora de rupturas e transformações em relação ao ideário moderno. Quanto a isto, já não há tanta concordância assim. Mas há indícios da emergência (ou necessidade, quando menos) de outros parâmetros para o pensamento e a sociedade ocidental.

O conhecimento científico desde a sua origem, na Grécia antiga, esteve marcado por uma constante busca de rigor na compreensão da realidade histórica. A ideia de *episteme* (ciência) contrapõe-se a *doxa* (opinião), na medida em que se constitui uma forma de evitar o (auto) engano. Tal rigor visa, sobretudo um autocontrole fundado em critérios de validade que ao mesmo tempo objetiva dar à ciência parâmetros para sua avaliação, permite também demarcar o seu espaço enquanto tal.

Nesse sentido, a ciência caracteriza-se sempre pela referência ao seu outro: a não ciência. A discussão em torno do estatuto da História exige algumas considerações gerais em torno do regimento da ciência em geral. Uma análise do desenvolvimento da ciência nos mostra a sua historicidade, pois os seus critérios têm se transformado sofrendo incrementos conforme as vicissitudes. A História em sua afirmação enquanto ciência também apresenta os efeitos da historicidade. A historicidade caracteriza-se enquanto determinações decorrentes da interação dos elementos que compõem a realidade humana numa determinada época.

Na configuração de uma época alguns elementos preponderam. Nesse sentido, é que pretendemos debater neste artigo as relações de produção, a materialidade dos elementos determinantes da vida dos seres humanos que os distribuem conforme os “lugares” ou espaços sociais

de um dado modo de produção, engendram certas práticas sociais que devem ser compreendidas a partir do conjunto das determinações, do social concreto.

Sobre a Ciência e a História: primeiras aproximações

A ciência, sendo um produto da ação humana, marca-se por semelhante especificidade. Assim, alguns critérios têm surgido e desaparecido, outros prevalecem desde os projetos “epistemológicos” dos antigos gregos. Que os critérios, os valores, são humanos ninguém o nega. No entanto, deduzir que disso decorreria um total relativismo, ceticismo ou “anarquismo” (axiológico e epistemológico) seria radicalizar ao extremo o próprio princípio da historicidade, que submete tudo as determinações temporais. Se os homens substituem seus critérios é por que o fazem em vista de um outro julgado melhor. O melhor já supõe um sentido que pode ser dado por vários critérios seja de utilidade, de “instrumentalidade”, de operacionalidade, coerência lógica ou de conformidade com a experiência, etc. Essa possibilidade de criar recriar ou aperfeiçoar critérios revela a atividade de um sujeito atuante, capaz de agir, conhecer e determinar parâmetros para suas preferências.

É em função do estabelecimento dos critérios para julgar suas práticas - para justificá-las, refutá-las ou transformá-las - é que se travam os embates ideológicos. Disputas fundadas em “última instância” na defesa de interesses econômicos, determinados pelas correlações contrárias e contraditórias de “forças” num determinado ordenamento de um modo de produção. Querer negar esse suposto equivale a aceitar como absolutas, peremptórias, as formas de organização social do momento. Como se o homem devesse renegar a sua capacidade de dar sentido, de “projetar”, o que significa no vocabulário marxista o intento de buscar (intencionalmente) superar contradições nos mais diversos níveis da atividade humana (coletiva).

Negar as contradições ou negar que elas possam ser superadas já supõe um compromisso com um lado, portanto um interesse de classe, uma vez que as relações entre o trabalho e a propriedade (no caso atual o capital), conforme um critério mais universal de compreensão da realidade humana, revela uma sociedade dilacerada pelo antagonismo de classes.

A crítica que Marx (1979, p. 03 e 04) faz aos economistas do século XVIII dirige-se também aos filósofos:

Os profetas do século XVIII, sob cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam este indivíduo do século XVIII (...) um ideal, que teria existido no passado. Veem-no não como resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o conspiravam como um indivíduo conforme a natureza - dentro da representação que tinham de natureza humana - que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. Esta ilusão tem sido partilhada por todas as novas épocas, até o presente.

O fenômeno do conhecimento ocorre a partir da experiência dos homens na relação com o mundo em que vivem. É a partir de sua existência, portanto, que os homens constroem sua visão e compreensão de mundo. Isto representa a sua tomada de posição como sujeitos da própria existência,

resultado do seu processo de hominização demarcando a historicidade da razão (VIEIRA PINTO, 1979)

Ortega y Gasset (1989, p. 26), pensador elitista espanhol, já nos advertia que “a realidade não é dada, algo dado, oferecido – mas construção que o homem faz com o material dado”. Assim, toda produção de conhecimento deve ser entendida a partir da relação do sujeito do conhecimento com os objetos do mundo que pretende apreender. O fenômeno do conhecimento, baseado na relação sujeito-objeto, encontra sua resolução na produção de conceitos – aquilo que reúne as diferentes partes, isto é, enquanto abstração daquilo que foi investigado. Marx também reconhecia essa perspectiva quando afirma no primeiro capítulo de seu “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p.25)

A forma de conhecimento reside na atitude de um sujeito que se posiciona no mundo e engendra a sua leitura particular acerca da sua circunstância. Portanto, toda forma de conhecimento apresenta uma leitura de mundo. Com Marx, essa leitura de mundo passou a ser pensada como uma expressão da historicidade humana, mas trata-se de uma dimensão que só pode ser compreendida a partir dos conflitos de classes.

História e a condição humana pós-moderna

A História, como forma de conhecimento, não escapa a essa caracterização. Em consequência, trata-se de enfatizar que o conhecimento histórico deve ser orientado no sentido de indagar a relação dos sujeitos com os seus objetos de conhecimento, provocando seu posicionamento, questionando as formas de existência humana e promovendo a redefinição de posicionamentos dos sujeitos no mundo em que vivem.

A definição de ciência como atividade humana exige que se a compreenda enquanto superestrutura determinada por condições mais fundamentais, as econômicas. Sendo essas determinadas pela práxis social dos homens, que lutam pela manutenção dos interesses econômicos antagônicos que os dividem em opressores e oprimidos, dominantes e dominados (termos que os cientistas sociais de certas linhagens ideológicas negam-se a exprimir ou os exprimi com certa “vergonha” por sua suposta falta de rigor, isto é de objetividade e imparcialidade, no entanto basta olharmos ao redor para olharmos a pertinência significativa dos mesmos), movendo a história, até quando propõe o fim da mesma.

Entre os autores que não corroboram com essa perspectiva temos o celebre intelectual nipo-americano Yoshihiro Francis Fukuyama, que em sua *magna opus* “O fim da história e o último homem” (FUKUYAMA, 2015) apresenta a derrocada da URSS como símbolo da superioridade político e econômica do modelo capitalista liberal sustentado pela democracia. Para o autor o liberalismo

econômico é o ápice do desenvolvimento produtivo humano, sendo acompanhado pela democracia e pela igualdade de oportunidades. Segundo Fukuyama (2015) o fim da história trata do último estágio do desenvolvimento econômico e ideológico, onde os princípios e instituições básicas já não se desenvolveriam, visto que as questões fundamentais (políticas e econômicas) estariam plenamente realizadas, seria a realização da grande narrativa da História Universal.

A concepção de “fim da história” em Fukuyama se demonstra demasiadamente frágil³, visto que a história resulta da ação dos homens que, conforme a ideia de práxis, atuam no “interior” de estruturas que são ao mesmo tempo determinantes e determinadas. Tal como a negação da filosofia exige o filosofar, a negação da História - como movimento dialético de produtor/produto, indivíduos/sociedade, infraestrutura/super estrutura, e ciência/objeto, supõe compromissos históricos de classe. Os mesmos interesses ideológicos que explicariam a recusa do se pensar e buscar meios de superar a “transformação do homem” - trabalhador ou despossuído dos meios de produção, do capital - em mercadoria no interior das relações capitalistas, poderiam ser associados aos escusos interesses daqueles que propõem ou aceitam a transformação da ciência em peça do mesmo gênero.

O conhecimento, enquanto ciência, pode ser pensado sob diversos aspectos. Assim, diz-se que um saber está aberto às críticas, quando pode ser “verificado” “incrementado”, “contestado”, “corroborado”, “refutado”, “aplicado” e ainda se pode conceber o saber científico como evoluindo segundo os princípios de equilíbrio - desequilíbrio - reequilíbrio ou por assimilação e acomodação, num movimento de formação de um patrimônio coletivo. Mas, numa perspectiva mais política do que epistêmica, o saber poder ser público conforme as formas pelas quais é gerado e os fins a que visa. Desse modo, o entrelaçamento da ciência com a ética e a política sempre passa pela questão da sua dimensão pública, “antes” mesmo de se falar de “verdade” e “aplicabilidade”. Somente as linhagens positivistas insistem numa “neutralidade” e numa objetividade imaculadas do saber.

No livro intitulado “O pós-moderno”, Lyotard (1985) identificou uma tendência segundo a qual o conhecimento teria cada vez mais um caráter estratégico, ou seja, perderia sua aura de “público”, tendendo a converter-se cada vez mais em “mercadoria”, ou seja, em bem privado, escasso, isto é, que, cujo uso por um priva os outros do bem em questão. Nesse sentido, as ciências humanas tenderiam a serem marginalizadas, no que concerne aos “financiamentos” em função da sua ineficiência ou não “aplicabilidade”.

Há pensadores que acreditam no caráter fundamental das ciências humanas para a emancipação das comunidades “oprimidas” ou “excluídas”. Desse modo, as ciências humanas seriam incorporadas nos programas de partidos de esquerdas, bem como nos movimentos de organização social e política da comunidade ou da auto-organização social. Dever-se-ia criar mecanismos coletivos para que o saber por ela produzido fosse sendo agenciado coletivamente pelas “prefeituras” e as associações as mais diversas, ou seja, em vista de “servir” não de modo centralizado, mas, sobretudo espraído.

Na medida em que as ideias de Estado centralizado e planejador vão “enfraquecendo”, ou seja, que os princípios liberais vão se impondo, o conhecimento tende a ganhar esse caráter ou de político estratégico/emancipador ou de “mercadoria” no sentido de se fazer valer os interesses econômicos dos capitalistas. O poder “emancipatório”, em sua capacidade de incrementar o diálogo e as possibilidades de ação das coletividades, passaria pela ideia de que ao mesmo tempo em que a ciência deve romper com o “senso comum” no sentido de se desenvolver analítica e formalmente, ela deve retomar ao senso comum enquanto disponibilidade e acessibilidade, ainda que seu registro formal deva ser traduzido para uma linguagem mais “funcional”.

Quando se pergunta onde deve ser produzido o “conhecimento”, quem deve produzi-lo e quem deve financiá-lo e ainda quem deve decidir o que vai ser pesquisado nessa perspectiva da funcionabilidade, podemos automaticamente e intuitivamente que essas questões nos permitem, num processo socrático, isto é, maiêutico, “captar” os pontos de vistas e as contradições do processo histórico vigente.

Aqui vale a pena recordar Harvey (1992, p. 218), quando este retoma a ideia de que,

[...]as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentais para a produção de mercadorias. Mas a força dinâmica da acumulação (e superacumulação) do capital, aliada às condições da luta social, torna as relações instáveis.

A prática científica insere-se em tal “contexto” de luta de classes. Consideramos, a partir dessas posições teóricas, a saber, o marxismo e as fragmentárias correntes acomodadas no termo pós-moderno, duas perspectivas contrastantes que buscam uma hegemonia no sentido de fundamentar um dissenso ou consenso em torno da atividade científica. Num primeiro prisma, estariam as visões “fragmentárias”, no outro as visões “integradoras”. Onde uma vê rupturas e “esgarçamentos” contínuos e irremediáveis da realidade, a outra vê continuidades e totalizações se constituindo. Do ponto de vista político, prático, a primeira não acredita na possibilidade de uma ação centralizada, tal como propõem os defensores do planejamento estatal. A outra perspectiva, pelo contrário nega a possibilidade de uma “auto coordenação” espontânea de uma multidão de agentes atuando conforme seus fins particulares. A retórica liberal tenta opor essas tendências como extremos irreconciliáveis.

Como propõe Milton Friedman (1970, p. 21), em seu livro “Capitalismo e Liberdade”, fundamentalmente só haveria dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões “Um deles é a direção central utilizando a coerção - a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro seria a cooperação voluntária dos indivíduos - a técnica do mercado”. É dentro desses dois quadros gerais que se desenvolvem as controvérsias em torno do papel da História

Na perspectiva fragmentária, prevalece uma noção de regionalização da pesquisa. O real torna-se suscetível aos mais diversos recortes e perspectivas de análise. Neste sentido, tudo é

susceptível de “uma” história singular, sendo que haveria tantas histórias quantos recortes fossem possíveis, comprovando que “esse tipo de mudança (rupturas, perda da continuidade histórica nos valores e crenças) se transfere para todos os outros campos com fortes implicações. Dada a evaporação de todo sentido de continuidade e memória histórica, e a rejeição de metanarrativas, o único papel que resta ao historiador, por exemplo, é tornar-se, como insistia Foucault, um arqueólogo do passado, escavando seus vestígios como Borges o faz em sua ficção e colocando-os lado a lado, no museu do conhecimento. Nesta discussão, temos as linhagens de Nietzsche, Heidegger, Foucault e de Deleuze, que perfazem uma extensa crítica filosófica ao projeto de uma sociedade racionalmente emancipada.

Nietzsche é considerado o precursor da pós-modernidade ao apontá-la como o fim da modernidade e do historicismo que se impôs no século XIX, para Ferraz (2015, p.45) “[...]anunciada por Nietzsche como a visão de um novo dia, de uma aurora, onde o historicismo, com suas leis preestabelecidas perde sua razão de ser para dar lugar a redenção do homem num novo estilo, numa nova arte desenhada a partir dos fragmentos que restaram”. A anunciação da pós-modernidade em Nietzsche revela-se em toda a sua obra, mas especialmente em “Assim falou Zaratustra” (NIETZSCHE, 1983) obra responsável por amalgamar a concepção de transmutação de todos os valores com a redenção do homem.

O filósofo alemão Martin Heidegger contribui para a pós-modernidade mais notadamente a partir de seu texto intitulado “Fim da Filosofia” (HEIDEGGER, 1994) ao entender que esta condição (pós-moderna) é marcada pela solvência das metanarrativas em múltiplos jogos de linguagem quando estes ganham a dignidade de “não comensurabilidade universal”. Para Moraes Júnior (2017, p.177):

Ela dispensaria a constante busca de estruturação universal da linguagem, denunciando que o processo de legitimação social das instituições de coordenação social orientadas pela categoria da justiça e os da prática científica, sob a categoria da verdade, estão interligadas tão somente pela constante vontade de aperfeiçoamento do sistema vigente de poder.

A dissolução das metanarrativas, como explica Heidegger, implica sobretudo, na retirada de uma estruturação universal, que gere consenso, assim, só é possível o processo de persuadir individualmente, ou seja, não existem elementos garantidores de um reconhecimento em comum entre os arguidores. Esse fenômeno reflete diretamente sobre os processos de verificação da ciência como concebida na modernidade.

O filósofo francês Michel Foucault ocupa um lugar de destaque, tanto pelo impacto de suas obras no meio acadêmico e científico, quanto pelas críticas tecidas aos fundamentos dessa produção. O filósofo e historiador Georg Lukács (1968) o posiciona como guia do irracionalismo⁴ do império clássico, compartilhando com Nietzsche o estilo aforístico e a matiz de ser um pensador múltiplo, além do papel de preparador de certas condições filosóficas sob as quais um novo tipo de irracionalismo se edificou. Com relação a essa aproximação Rodrigues (2006, p.162) disserta que:

[...]Foucault combateu a pseudoneutralidade do positivismo, mas ao mesmo tempo acolheu sua racionalidade miserável, manipuladora. [...]É por meio da hipertrofia da inteligência e do agnosticismo que Foucault funda um positivismo pelo avesso. É deste lugar que ele descarta o legado iluminista crítico herdado do século XIX – o historicismo, o humanismo e a dialética - que havia sido, até a primeira metade do século XX, fonte de inspiração da luta democrática e socialista. O interesse pelo poder nos anos 70 e o retorno do sujeito nos anos 80, no Foucault maduro, não sinalizam uma retomada de qualquer elemento deste legado; ao contrário, revelam uma crescente aproximação à filosofia de Nietzsche.

É possível localizar o pensamento foucaultiano como estágio inicial da elaboração de proposições políticas pós-modernas. Seu interesse tantalizante pelo poder/saber moderno, associados ao extremo desinteresse diante do socialismo revolucionário, o credenciam como prógono de uma esquerda contrarrevolucionária contemporânea (RODRIGUES, 2006).

Em um debate entre Foucault e Deleuze, apresentado no “paradigmático” livro *Microfísica do Poder*, pode-se identificar os elementos essenciais das “doutrinas” pós-modernas.

G. Deleuze - a teoria não totaliza; a teoria se multiplica e multiplica. É o poder que por natureza opera totalizações e você diz exatamente que a teoria é contra o poder [...] então, frente a esta política global do poder se faz revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas. Nós não temos que totalizar o que apenas se totaliza do lado do poder e que só poderíamos totalizar restaurando formas representativas de centralismo e de hierarquia (partido). Em contra partida, o que temos que fazer é instaurar ligações laterais, todo um sistema de redes, de bases populares?”.

[...]M. Foucault - Cada luta desenvolve em torno de um foco particular de poder. [...] Isso quer dizer que a generalidade da luta certamente não se faz por meio da totalização de que você falava há pouco, por meio da totalização teórica, da ‘verdade’. O que dá generalidade à luta é o próprio sistema do poder, todas as suas formas de exercício e aplicação. (FOUCAULT, 1970, p.69-70).

Assim, destaca-se, sobretudo, a negação de qualquer possibilidade e eficácia de um saber global. Isso, de certo modo, nos recorda o que escreveu Harvey (1992, p.112) de que a “retórica” pós-moderna “evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global”.

Nesta perspectiva tudo é fragmentário e efêmero. As séries independentes poderiam cruzar desviando-se mutuamente de rumo, mas não poderiam jamais ser compreendidas como variáveis de uma função integradora. Não há progresso, pois, essa ruptura da ordem temporal de coisas também origina um peculiar tratamento do passado. Rejeitando a ideia de progresso, o pós-modernismo abandona todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto presente, acumulação de civilidade. É como se a barbárie fosse sempre iminente. Na verdade, no mundo atual os elementos “irracionais”, “tribais”, “esotéricos”, “místicos”, bem como a erupção da violência material e simbólica é integrada ao modo de ser no capitalismo.

Para os pós-modernos esses contrastes que permitem uma convivência num mesmo espaço da civilização e da barbárie seriam o aspecto mais magnífico do mundo atual. Vale a pena ressaltar nessa discussão, que por heterotopia⁵ Foucault (2013) designa a coexistência, num “espaço

impossível”, de um grande número de mundos possíveis fragmentários ou, mais simplesmente, espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros. Na verdade, os pós-modernos admitem ao mesmo tempo a afirmação e a negação dos espaços alternativos e marginais. Esses espaços ora se apresentam como forma de afirmação das minorias, hora como forma de negação das mesmas. Tudo seria problema de enfoque

As rupturas, na perspectiva pós-moderna, ainda que expressassem estraçalhamentos mútuos, acabariam se acomodando, sendo integradas, portanto, ainda que por justaposição. Inerente a esse quadro “trágico”, em que o sentido da totalidade nunca poderia ser captado, a postura do homem deve ser a do “céptico” no sentido daquele que se retira de cena e recusa a se engajar, em que cada um deve julgar o espetáculo apenas em termos de quão espetacular ele é.

Deve-se suspender a crença, bem como a descrença. A descrença na possibilidade de se definir um quadro epistemológico permanente de pesquisa corresponde uma prática em que se privilegia ação apenas tática, ou seja, a nível local, pequena, micro revoluções que seriam as únicas possíveis.

David Harvey (1992) mostra o engodo de tais empreendimentos revolucionários, que de certo modo estariam sempre sendo diluído no próprio sistema capitalista. Esses movimentos, por mais eficazes que apareçam ser chocar-se-iam com um paradoxo que se apresenta como irresolúvel, porque não somente a comunidade do dinheiro, aliado com um espaço e um tempo racionalizados, os define num sentido oposicional, como também os movimentos têm de enfrentar a questão do valor e de sua expressão, bem como da organização necessária do espaço e do tempo apropriada à sua própria reprodução. Ao fazê-lo, eles se abrem necessariamente ao poder dissolutivo do dinheiro, assim como às cambiantes definições de espaço e de tempo que surgem por meio da dinâmica da circulação do capital. Em suma, o capital continua a dominar, e o faz, em parte, graças ao domínio superior do espaço e do tempo, mesmo quando os movimentos de oposição obtêm por algum tempo o controle de um lugar particular. As “alteridades” e “resistências regionais” que a política pós-moderna enfatiza podem florescer num lugar particular. Mas, com muita frequência, estão sujeitas ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado universal e da marcha do tempo histórico global do capitalismo, que está além do alcance de qualquer delas.

Destaca-se, sobretudo, a negação de qualquer possibilidade e eficácia de um saber global. Isso, de certo modo, nos recorda o que escreveu Harvey (1992) de que a retórica pós-moderna evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global. Essa atitude é perigosa, segundo o pensador inglês. Contudo, os pós-modernos, aqui o que serve respectivamente para Lyotard serve para focar os demais pensadores da mesma linhagem, devem, de algum modo, ou fazer um gesto universalizante, como fez aquele primeiro pensador ao propor ingenuamente um acesso franqueado a todos aos bancos de dados, ou devem, como o outro, caírem num silêncio total.

As micro revoluções ou uma espécie de “via pós-moderna”, esvanecer-se-iam se não agregassem a uma luta geral de emancipação da humanidade, cujo eixo básico seria a batalha em torno

da libertação da classe trabalhadora. Torna-se urgente pensar isso, num mundo em que o trabalho se torna uma mercadoria de luxo, ou seja, algo cada vez mais restrito a um grupo segmentado, que perante a crise do desemprego, e à subjetivação ideológica neoliberal, sentem-se como sócios do capital.

Seguindo a mesma linha crítica de David Harvey, Engels (2011) já reconhecia que no âmbito da história, Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei de movimento da história, a lei segundo qual:

[...]todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento de sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção. Essa lei, que para a história tem a mesma importância do que a lei de transformação de energia para a ciência natural – essa lei lhe proporcionou, também nesse caso, a chave para a compreensão da história[...]

Vale a pena aqui ressaltar ainda, que, nos Manuscritos de Marx a emancipação só poderia assumir a forma política de emancipação dos trabalhadores e, com ela, se daria a emancipação de toda a sociedade, isto significa que a história do mundo real era chamada para embasar a discussão geral sobre a alienação e a emancipação. O núcleo central do pensamento marxista seria essa unidade tanto no enfoque da práxis, como no da ciência, setores eles mesmos imbricados, toda vida é essencialmente prática; todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis. Assim sendo, no primeiro caso a luta é sempre de classe, o sujeito é coletivo. Isso supõe que a alteridade não se é concebida, prioritariamente, como determinada pela multiplicidade das manifestações humanas (raça, sexualidade, e as diferenças enquanto expressão de minorias), mas, sobretudo, como problema vinculado ao trabalho e a propriedade enquanto “diferenciadores”, ou seja, produtores de senhores e escravos, capitalistas e assalariados, portanto, como o cerne de toda redução do homem ao domínio de outrem - alienação. E frente as desigualdades de classes, que as tonalidades das demais diferenças tornam-se mais ou menos geradoras de opressão.

Harvey (1992) acredita que um dos elementos mais aproveitáveis do pós-modernismo para o marxismo seria o reconhecimento da alteridade que, segundo ele, traz consigo implicações políticas e epistemológicas, tais como, o tratamento da diferença e da “alteridade” não como um fato a ser acrescentado as categorias marxistas mais fundamentais como classe e forças produtivas, mas como algo que deveria estar onipresente desde o início em toda tentativa de apreensão da dialética da mudança social.

A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com a sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com sua ênfase na unidade da luta emancipatório) não pode ser superestimada. Para Harvey (1992) o materialismo histórico geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões. A meta

teoria não é uma afirmação de verdade total, e sim, uma tentativa de se chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto no plano genérico quanto no específico, isto é, tanto no estudo de seu histórico como em sua fase presente. Ao invés de se falar propriamente em ciência única Harvey prioriza a abertura e a flexibilização, compreensão dinâmica, do materialismo dialético.

A proposta da “ciência única” é uma forma de compreensão integrada do homem, da sociedade e da natureza, de uma união efetiva do homem com a natureza, num movimento em que não só o próprio homem e a sociedade constituir-se-iam em produtos humanos, (mas) também a natureza, como base da experiência humana e elemento de sua realidade, tornou-se humanizada para o homem. Acrescenta-se a isso que se trata de pensar a realidade de modo global e concreto.

O próprio método seria compreendido como histórico. A isso referem-se as críticas de Marx a Feuerbach e a Proudhon. A questão do método em Marx esteve associada ao próprio processo em que a proposta de uma ciência única foi delineada, fato que revela ainda um outro elemento primordial do materialismo histórico, o problema da verdade, ou seja, as questões “puramente de conhecimento” receberiam suas soluções frente aos problemas da “vida” real, resolvendo-se através da prática.

Assim sendo esta práxis indissociável do caráter político, das relações entre as classes, não se reduziria a um mero pragmatismo, que corresponderia a uma prática alienada, no sentido de ser estanque, ou seja, circunscrita a meros detalhes técnicos e epistemológicos. A “ciência única” supõe sempre um “engajamento político ativo”. A isso se soma sua polêmica constante com a ciência de sua época. Daí as críticas de Marx a “economia política” e suas concepções a-históricas, imutáveis e eternas; do mesmo modo o descontentamento com Feuerbach devido ao caráter também a-histórico, fragmentário, mecanicista, metafísico e não universal de suas análises. As críticas aos fundamentos ontológicos e gnosiológicos da ciência da época verificou, sobretudo com a “inversão” de Hegel (o princípio da ideia enquanto determinante da matéria).

A história enquanto ciência mostra como um produto de seu tempo, das forças sociais que disputam a hegemonia. O próprio materialismo histórico é um saber ligado às condições materiais de seu tempo, tanto no que concerne a metodologia quanto em suas concepções gnosiológicas e ontológicas. O mesmo juízo se aplica aos historiadores pós-modernos.

As informações precisas e atualizadas são fundamentais para a acumulação do capital. O saber é uma mercadoria. O acesso à informação tornou-se fundamental para garantir lucro, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados.

A capacidade de resposta instantânea a variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o fordismo. A ênfase na informação também gerou um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase minuto a

minuto sobre tendências de mercado e o tipo de análise instantânea de dados útil para as decisões corporativas.

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis, em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado, o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas.

No campo educacional percebe-se adoção de determinadas perspectivas pedagógicas acrílicas, fortemente balizadas por um estrato teórico pós-moderno, que acabam catalisando o processo de mercadorização do saber. Estas tendências didáticas “inovadoras” começam a ganhar espaço no contexto da crise estrutural do capitalismo, que se configura a partir da década de 70 nos países de capitalismo avançado, e pode ser observada a partir de dois fenômenos que estão intrinsecamente ligados, a mudança de paradigma no setor produtivo mundial e o avanço de políticas neoliberais pelo mundo. Para Deluiz (2001, p.12):

Esta crise se expressa pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; pela hipertrofia da esfera financeira na nova fase do processo de internacionalização do capital; por uma acirrada concorrência intercapitalista, com tendência crescente à concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; e pela desregulamentação dos mercados e da força de trabalho, resultantes da crise da organização assalariada do trabalho e do contrato social.

No modelo taylorista/fordista de produção, o trabalhador detinha o conhecimento de apenas uma parcela do sistema de produção, apreendendo apenas as especificidades de determinado setor, podendo ser treinado para aquela tarefa, possibilitando sua substituição a qualquer momento. No modelo toyotista, que surge como resposta à crise de acumulação do capital, a qualificação básica do trabalhador já não era mais adequada, passando a se buscar a formação de um novo trabalhador, com inteligência emocional, várias qualificações, multifuncional e polivalente. Um profissional mais adaptado ao modelo de acumulação flexível. Nessa perspectiva, esse modelo de gestão exigiu uma requalificação dos profissionais de modo a se enquadrarem ao capitalismo global (HOLANDA; FRERES; GONÇALVES, 2009, p.124). A constante necessidade de atualização das competências exigidas pelos setores produtivos acaba por incentivar a expansão das estruturas educacionais já existentes e para a criação de um mercado educacional, esse fenômeno é comumente denominado de “economia da educação”, e trata-se de uma forma de dar resposta e de administrar o processo de massificação que se vislumbra no setor educativo.

Curiosamente, nesta terceira década de terceiro milênio, ainda há uma certa moda “ideológica” de que estaríamos nos tempos dos fins: não da história, da ideologia, mas do “trabalho”,

da “ciência”, da “guerra”. O “mercado” parece ter sido um dos únicos conceitos bem sucedidos, ou efficientíssimo, pois ninguém parece ter coragem de sepultá-lo ou mesmo de antever a possibilidade de sua morte. Com o acirramento da concentração de renda, e as novas formas de exploração, que mais do que nunca contam com a exclusão social e todas “novas” formas de perversidades sociais, guetos, violência entre gangues, máfias e todo o circuito perverso da “economia informal” e, sobretudo com os retrocessos em termos de direitos trabalhistas, dizer que o “marxismo”, não só como instrumento metodológico, mas ideológico-utópico, no sentido de projeto-programa, soa como dizer que a filosofia morreu, e como teria dito Deleuze a respeito deste óbito, poderíamos dizer também que se o marxismo “morreu”, ou está “agonizando”, deve morrer, com certeza de tanto rir.

Até alguns anos atrás tínhamos a morte do marxismo como tragédia, agora sem dúvida, devemos vive-la como farsa, ou melhor, comédia. Isto vale para aqueles que acusam os recalcitrantes do marxismo de lidarem com fantasmas. Para falarmos com “rancor”, o que significa ideologicamente - mas não “ressentidamente” - os “piores mortos” são aqueles que foram vítimas da fúria local e global do capital. Enquanto o número deles estiver aumentando ou, mesmo existindo, percebe-se nitidamente que a ciência deve estar do lado dos “vivos”, dos vitalizados pelo capital ou deve estar do lado dos mortos, ou melhor, daqueles que estão sendo mortos não tanto pelas armas ideológicas, mas, sobretudo pela perversidade inerente à exploração capitalista.

Sobre o papel da História

O grande problema para uma abordagem histórica refere-se ao perigo ou ao proveito para muitos de ser cair no ecletismo. Seria sem dúvida a posição mais cômoda, uma vez que o melhor de cada escola ou doutrina sempre se evidencia, oferecendo-se facilmente para um pensamento “coleccionador”. Mas um quadro teórico impõe limites de coerência, cuja ultrapassagem representam rupturas consigo mesmo. Por outro lado, as verdades emergentes de uma concepção de ciência tornam-se totalmente descaracterizadas num outro contexto. O eclético assemelhar-se-ia a um tecelão construtor de uma colcha de retalhos que jamais terminaria seu trabalho, pois sempre encontraria uma “novidade interessante” para juntá-la à sua coleção de pedaços de tecidos. Um correlato dessa posição, trajando as vestes de um anarquismo metodológico, seria o de supor que o método determina o objeto. Isso abre a porta para as mais diversas opções, uma vez que a polêmica em torno do objeto e de suas determinações e recortes está sempre presente entre os cientistas “sociais”.

A própria escolha do adjetivo para a determinação dos pesquisadores em questão já é problemática, uma vez que se poderia falar em ciência do homem, da cultura, da política, do espírito, etc. Ou como se tem feito ultimamente “recortar” um objeto e contar sua história (como a história do sapato, do talher...), abstraindo-se propositalmente ou não do contexto em que tudo se “configuraria”, mais propriamente o concreto. Por outro lado, aferrar-se dogmaticamente a uma doutrina, fazendo dela um “leito de Procusto” à qual tudo deva se submeter torna-se também uma atitude perigosa, ou seja, o esquecimento das determinações novas decorrentes das transformações e mesmo do progresso

metodológico engendrado pela própria dinâmica do progresso científico. Cada escolha tem seu peso. O debate em torno da constituição da história enquanto disciplina científica mostra a amplitude dessa polêmica.

Nesse sentido, o positivo seria aquilo que se sedimentou historicamente. Há ainda os positivistas envergonhados ou não que concebem a história enquanto experiência. Mas há quem propõe a inutilidade da história, como uma ciência supérflua, como pretendem alguns pensadores que se encontram entre os ditos pós-modernos. Por fim, há os que acreditam que o estudo da história é uma espécie de dever para com a espécie, pois é na história e pela história que o homem supera as condições de alienação e as contradições sociais.

O processo da constituição da História, disciplina científica, deve ser compreendido no interior da práxis humana. Se este termo supõe já uma opção teórica e política, ele merece uma justificativa. A práxis pode ser compreendida como um “correlato” do trabalho alienado, no sentido de uma atividade consciente de seus condicionamentos, das opções que a norteiam, dos meios que a viabilizam. A história não se reduz a “prudência”, a velha sabedoria prática de Aristóteles, que alguns historiadores ressuscitaram no nome pomposo de “praxeologia”, esta investigação mais prescritiva do que descritiva ou explicativa, que não visa uma verdade, portanto, não reivindica a cientificidade, uma vez que se propõe munir dos saberes das demais ciências. Enquanto esse saber estratégico, instrumental, a praxeologia “serve” a “todos”, se bem que tem sido amplamente aproveitada bem mais nos “jogos” governamentais ou nas disputas entre empresários. Mas cabe sempre insistir porque nos “jogos” os perdedores são sempre os mesmos.

Os circuitos causais da ação não se revelam por inteiro à visão imediata; daí a necessidade de uma conceituação que, prestando-se a matéria ou não, se apresentará como uma série de conceitos coordenados numa tópica ou organizados em um sistema hipotético-dedutivo. Consideremos, com efeito, essa prática que é o jogo de xadrez. Uma teoria dos xeques que permitiria deduzir para todos os casos a estratégia ótima é possível em hipótese, mas irrealizável: uma máquina eletrônica para ganhar todos os lances deveria ter as dimensões de uma nação ou de um continente. Também um jogador humano não pode prever distintamente as diferentes sequências possíveis de um lance que vai jogar daqui a cinco ou seis lances; mais à frente é a confusão.

A noção de práxis, apesar de ter as mesmas origens que a praxeologia, ao ser refundada pelo marxismo ganhou um estatuto totalmente novo, revolucionário. A práxis vincula-se com a ideia de dialética, no sentido que supõe as contradições enquanto fator transformador da realidade, motor da história. Ela revela-se, portanto enquanto consciência das determinações, no caso a base econômica, e enquanto proposta de atuação sobre a mesma, em vista de superar os dilaceramentos, as contradições decorrentes das relações (de classe) contraídas pelos homens. A práxis supõe uma síntese dialética enquanto forma de superação das contradições e, portanto, uma possibilidade de se conceber e agir sobre a totalidade social.

A concepção de História que aqui propomos é a de uma ciência rigorosa, capaz descobrir “verdades” a respeito de seu objeto, a realidade humana, as “leis” de mudança e continuidade determinantes das relações sociais, bem como de explicar suas contradições e, sobretudo, de fornecer um “conhecimento objetivo”, não no sentido de uma mera ideologia, para incrementar a práxis social, e não apenas, os sistemas de controle político, produtivo e mercadológico, nem muito menos no sentido de saber estratégico para negociar “perdas e ganhos”.

Nesse sentido a análise de Schaff (1970, p. 210) é significativa, para a compreensão da noção de fato histórico no marxismo:

O que importa, portanto é o contexto no qual se insere o acontecimento, são as suas relações com uma certa totalidade, assim como o sistema de referência em que está expresso sendo este último elemento particularmente importante para discernir o caráter relativo do que chamamos o “fato histórico”.

A história não é ideologia, pois não resume no saber de uma classe, para uma classe. Aqui voltamos na questão central da ideia de “emancipação” ou do compromisso com a “humanidade”. Conhecer e agir conforme o interesse do gênero humano supõe um compromisso de superar a exploração, a desigualdade, enfim todas as formas de alienação, a menos que se queira identificar o interesse “universal humano” com os interesses dos “vencedores”, dos expropriadores do trabalho alheio.

Considerações finais

Assiste-se, neste início de século e de um novo milênio, a uma polarização que não é nova, nem sem importância, e que vindo sendo discutida desde o final do século passado, na trajetória do pensamento ocidental - entre razão e vida, experiência imediata e abstração, atualidade e história. Afinal, quem se debruçar sobre o panorama das diversas teorias da história há de ver essa reiterada disputa entre os partidários de uma visão providencialista e aqueles que advogam uma visão experiencial (cíclica) da história.

A cientificidade da História possui desde o início da disciplina seus detratores. Essa recusa da História inicia-se já com Aristóteles, quando diz que a ciência tem objeto o geral e não o particular e singular e ainda quando diz que a poesia é mais “filosófica” do que a História. Pois enquanto a História visa as coisas particulares, fala sobre o que já se sucedeu, enquanto o poeta apresenta o que poderia ser, isto é, conforme aquele filósofo, a generalidade “permanece no universal”.

Nada disso é novo na história do pensamento ocidental. Os sofistas já afirmavam que o homem é a medida de todas as coisas. Kant também o disse, embora num sentido totalmente outro. O que é surpreendente é hiper valorização do relativo, que já é sintoma de absolutização de um valor. Tudo é relativo não é uma proposição meramente factual. Sabe-se que há níveis de determinismo, portanto que a ciência é possível.

No mais afirmar que tudo gira em torno de tudo, não nos convence de que o aspecto econômico, as relações contraídas no interior do processo produtivo são mais fundamentais. E ainda que se quisermos transformar de fato a realidade humana seria necessária agir sobre essa suposta base, a menos que queiram que acreditemos que a nova cara do “imperialismo” denominada de globalização é um efeito sem causas específicas, ou um rearranjo produzido pelas forças sociais dos mais diversos agentes dispersados e atomizados.

Não se pode dizer que todos aqueles que renegaram a História enquanto ciência tenham de algum modo ou outro optados “conscientemente” ou não por concepções discriminatórias, oligárquicas, elitistas. Nesses casos a renúncia da história supõe uma opção política pelo *status quo* conveniente às elites do momento. O caso mais expressivo dessa tendência é o da concepção de fim da História e de uma espécie de último homem proposto por Francis Fukuyama. Mas não se pode generalizar.

Alguns pós-modernos, que insurgindo contra a visão global e uni causal, implodiram o objeto e as metodologias a fim de resgatar os temas excluídos, marginalizados, etc. Na verdade, parecem soldados perdidos numa guerra em que só se pensa taticamente em conhecimentos e ações pontuais específicas e jamais em estratégias metodológicas ou em uma visão de conjunto que pudesse orientar descobertas mais amplas e ações mais globais, como organização de classe.

Por mais corajosos que pareçam, lutam isoladamente, renegando as contradições de classes enquanto fatores fundamentais para se compreender fenômenos como a exclusão e a marginalização. Esses movimentos, mesmo que bem sucedidos sob alguns aspectos, em termos de conquistas de direitos específicos de uma categoria, não se “lastreiam”. É provável que por mais que cresçam em quantidade, não desencadearão transformações globais, isto é, não se tornam qualitativamente significantes.

Nesse sentido, o pensamento marxista ainda encontra forte guarida naqueles que pretendem a transformação social, pois, não basta mais apenas interpretar o mundo, precisamos transformá-lo. A concepção de história que fundamenta o pensamento de Marx é renovadora e revolucionária, pois trata de entender os determinantes sociais que nos condicionam, mas abre as portas da mudança social pelo seu caráter dialético. Sendo assim, a atualidade do marxismo é indiscutível em tempos de guerras fratricidas, pandemias, crise climática, superexploração de recursos e pessoas, além da hiperacumulação de capital. Pois onde houver opressão, sempre haverá resistências, como aponta Marcuse (2011, p.17) “[...] ainda há aqueles que protestam, que se rebelam, que combatem. Até mesmo na sociedade da superabundância eles estão aí: os jovens, que ainda não desaprenderam a ver, a ouvir, e a pensar, que ainda não abdicaram, e aqueles que ainda são vítimas da superabundância [...]” é para essas pessoas, que a teoria marxista é atual e extremamente necessária.

Referências:

- DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico Do Senac**, 27(3), 12-25. 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/572> Acesso em: 09 dez. 2021.
- ENGELS, F. Prefácio à 3ª edição (de1885). In: MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- FERRAZ, M. N. S. Nietzsche, precursor da pós-modernidade. **Logos**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 41-45, fev. 2015. ISSN 1982-2391. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14687> . Acesso em: 16 nov. 2022.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1970.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- FUKUYAMA, F. **O Fim da História e o último Homem**. São Paulo. Editora Rocco, 2015.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1970.
- HARVEY, D. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEIDEGGER, M. Fim da filosofia. In: **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1994.
- HOLANDA, F. H. de O.; FRERES, H.; GONCALVES, L. P. A pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, v.1, n.1, p. 122-135, 2009.
- LUKÁCS, G. **El Asalto a la Razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Barcelona: GRIJALBO, 1968.
- MARCUSE, H. Prólogo. In: MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: DIFEL, 1982 (7a ed.).
- MARX, K. **Para Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1979.
- MARX, K; ENGEL, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1989, 3a edição.
- MORAES JÚNIOR, M. R. Encontros e Desencontros da Razão: Considerações sobre modernidade e pós-modernidade entre Heidegger, Lyotard e Habermas. **Problemata: R. Intern. Fil.** v.6, n. 3, p 171-197, 2015.
- NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro; Civilização. 1983.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Em torno a Galileu**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- RODRIGUES, M. **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo, ed. Martins Fontes. 1970
- VIEIRA PINTO, A. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Notas

¹ Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente Pesquisadora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6423120995725999> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8515-2908> E-mail: malu04@gmail.com

² Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Graduado em Comunicação Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Doutorando em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas de Educação Superior da Região Sul - GEPES Sul. Pesquisador da Rede Ibero-americana de Estudos e Pesquisas em Políticas e Processos de Educação Superior - RIEPPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4941340433160961> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0783-1021> E-mail: marlon.lesnieski@unoesc.edu.br

³ Logo após a publicação do artigo intitulado “*The end of History*” que resultou em seu famoso livro, acontecimentos em nível global já apontavam a fragilidade dessa concepção, a saber, os protestos de estudantes chineses na Praça da Paz Celestial, a Revolução de Veludo na antiga Tchecoslováquia, a Queda do Muro de Berlim. Mais adiante, a emergência de tecnologias digitais, os atentados de 11 de setembro, a Guerra ao terror, a crise econômica dos *subprime* de 2008, a crise econômica na Europa, as crises migratórias pelo mundo, e mais recentemente, a pandemia de Covid-19, o avanço do neoconservadorismo e o crescimento de partidos de orientação fasci-nazistas, a guerra entre Ucrânia e Rússia. Além de explicitar as contradições do sistema capitalista, esses acontecimentos movimentam a história, pondo em dúvida o postulado do “fim da história”. Além disso, em sua obra, as crises originadas nas sociedades de democracia liberal receberam um tratamento desinteressado, quase negligente.

⁴ Irracionalismo se refere a uma corrente do pensamento filosófico, proeminente entre o final do século XIX e o início do século XX. Muito difundido entre os filósofos europeus, se fundamentando principalmente na metafísica. Se caracteriza pela valorização do instinto, da vontade e do sentimento em detrimento da razão. Ontologicamente implica em uma concepção de mundo sem estrutura racional. As implicações para a epistemologia apontam para a impossibilidade de racionalmente compreendermos a realidade sem distorções.

⁵ O conceito de Heterotopia é apresentado por Foucault em duas conferências radiofônicas realizadas no ano de 1966, denominadas de “O corpo utópico” e “As heterotopias”, essas conferências foram posteriormente publicadas em forma de texto. O autor acredita que “[...] há – e em toda a sociedade – utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias” (2013, p. 19). Em síntese, Foucault aponta que a heterotopia é uma utopia bem localizada no corpo sociopolítico. Podemos exemplificar o conceito de heterotopia a partir da obra de Fukuyama (2015) onde se afirma que após o “fim da história” o mundo seguiria dividido em dois: um “mundo histórico”, onde ainda existiriam as disputas locais e ideologias autoritárias, e o “mundo pós-histórico” como refúgio dos princípios liberais. O “mundo pós-histórico” se enquadra na aceção de heterotopia como apresentada por Foucault, e mais que isso, demonstra uma certa convergência de pensamento entre dois autores.

Recebido em: 13 de out. 2022

Aprovado em: 13 de dez. 2022